

# Prefeitura Municipal de Natal

Concurso Público  
Edital nº 01/2018 - SEMAD - SMS



SMS / RN - SECRETARIA MUNICIPAL  
DE SAÚDE DE NATAL

## Educador Social

### Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, **assine no espaço reservado**.
- 2 Este Caderno contém, respectivamente, **60 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 30** ▶ Legislação do SUS; **31 a 60** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou apresentar imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não peça esclarecimentos aos fiscais.
- 6 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta na cor preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal a **Folha de Respostas** e **este Caderno**.

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_



Prefeitura Municipal de Natal ▶ SMS ▶ Concurso Público 2018  
**Hoje é semente do amanhã.**  
(Gonzaguinha)





As questões de 01 a 10 desta prova são baseadas no texto a seguir.

### Gente como a gente

Por Eduardo Szklarz e Karin Hueck

- 1º Conheci a Sandra em 2013, numa prisão de Buenos Aires. Ela tinha aspecto largado e a expressão triste de quem havia sido separada do filho ainda pequeno. Nascida na Alemanha, ela já havia passado 20 anos atrás das grades na Argentina e ignorava todas as visitas que recebia, inclusive a minha. Não quis me olhar nos olhos. Era como se eu – ou ela – não estivesse ali.
- 2º No ano seguinte, advogados de Sandra entraram com pedido de *habeas corpus*, alegando que seu encarceramento era cruel e injustificado. Por um motivo simples: ela não havia cometido crime algum. Estava presa só por ser um animal. Sandra é um orangotango, e a prisão é o zoológico de Buenos Aires.
- 3º A Justiça argentina acatou o pedido feito pela Afada, uma ONG de direitos dos animais. Assim, Sandra tornou-se o primeiro animal no mundo a ser reconhecido como “pessoa não humana” – e, portanto, “sujeito de direitos” que devem ser respeitados. Inclusive o direito de não ser explorada para divertimento humano. Sandra ainda aguarda definição sobre seu destino, mas seu caso serviu de precedente para a libertação de outros grandes primatas.
- 4º Com essa decisão, os tribunais admitiram, pela primeira vez, o que a ciência já sabe faz um tempo: os animais não são assim tão diferentes de nós. Já foi provado que centenas de espécies têm inteligência, emoções e relações sociais complexas. Assim como nós, vacas fazem amizade. Chimpanzés sentem inveja e vergonha. Galinhas têm noção de futuro. Polvos usam ferramentas e constroem abrigos.
- 5º Mas, acima de tudo, como vi nos olhos de Sandra, animais têm a capacidade de sofrer. Até os menos desenvolvidos, como lagostas e peixes, que não fazem cara feia quando sentem dor. Se você injetar veneno de abelha nos lábios de uma truta, ela vai parar de comer e esfregar a boca contra a parede do tanque. Se você furar caranguejos com um anzol, eles vão passar as garras no lugar da lesão. E, se você passar ácido acético (um irritante) nas antenas de um camarão, ele vai massageá-las com as patas da frente – mas não se você aplicar anestesia antes. “Isso não é mero reflexo”, diz o biólogo Robert Elwood, da Queen’s University, na Irlanda do Norte. “É um comportamento prolongado e totalmente consistente com a ideia de dor.”
- 6º Mais de 2.500 estudos científicos já mostraram que os animais são seres tão complexos quanto nós – ainda que não sejamos idênticos. Mas fingimos que não sabemos disso, e seguimos tratando-os como se fossem inanimados.
- 7º Como conseguimos conciliar esses dois fatos? Por que torturamos outros bichos como Sandra, mesmo sabendo que eles sofrem?
- 8º Toda a nossa relação com os bichos é esquisita e irracional. Dividimos o reino animal em castas, que merecem mais ou menos direitos, de acordo com a sua utilidade. Há espécies, como as que nos servem de alimento, que são especialmente maltratadas. Multiplicamos de propósito bois, porcos e galinhas (só de galinhas, há 20 bilhões no planeta), apenas para confiná-los, criá-los em condições degradantes e depois matá-los. O ser humano sempre comeu carne – mas precisa tratar suas presas com tanta frieza? Frangos têm os bicos serrados para não praticar canibalismo dentro das gaiolas. Filhotes de boi são arrancados de suas mães e mantidos anêmicos para ficar com a carne macia. Milhares de peixes morrem todos os dias em redes que eram destinadas a matar outras espécies – e tudo bem. Além dos bichos que vão parar no nosso prato, há os que sacrificamos em nome do progresso. Cobiaias de laboratório, por exemplo, nascem para ser torturadas até a morte. Fabricantes de cosméticos ainda gotejam xampu em coelhos imobilizados, que não podem piscar enquanto o produto corrói seus olhos. Já macacos bebês são trancados em jaulas e expostos a serpentes, choques e ruídos para desenvolver ansiedade e depressão e ter seus cérebros dissecados depois. Apenas nos EUA, 25 milhões de bichos são usados em experimentos, o equivalente a uma Austrália de animais humanos.

- 9º Mas difícil mesmo é tentar justificar o que fazemos com os animais de que *gostamos*. Quem tem cachorro e gato, por exemplo, jura que ama seus bichinhos mais do que tudo. No Brasil, 61% dos donos de *pets* consideram seus animais um membro da sua família. Nos EUA, 36% compram presentes de aniversário para seus bichinhos. Mas ninguém em sã consciência trataria um parente *Homo sapiens* como trata um *Canis familiaris* ou um *Felis catus*. *Pets* são cruzados entre si para gerar raças deformadas e com graves problemas genéticos apenas porque as consideramos “fofas”. Todos são arrancados de suas mães e confinados dentro de espaços limitados até o dia de sua morte. Escolhemos quando, quanto e o que vão comer. Decidimos se poderão ficar com seus órgãos genitais ou não. E temos a palavra final até sobre quando serão sacrificados. Isso sem falar de outros animais de estimação, como canários, peixinhos dourados ou *hamsters*, que passam a vida em celas solitárias que chamamos de gaiolas e aquários. Há correntes de filósofos e ativistas de direitos animais que apontam essas contradições para dizer que, não, adotar um bicho não é necessariamente bom para eles.
- 10º Em comum, todos os animais – os que amamos, os que odiamos, os que comemos – sofrem da mesma condição: são considerados posse dos seres humanos. E, como nossa posse, podem ser dispostos da maneira como quisermos. Essa noção, claro, é uma convenção: uma ideia que se espalhou há séculos e serve como manual de como tratar seres de duas, quatro, seis, oito ou nenhuma pata. É o que cientistas chamam de especismo – a noção de que o *Homo sapiens* é uma espécie superior, sagrada e incomparável, e que os diferentes de nós não merecem os mesmos direitos. Essa lógica não é parecida com outros discursos de superioridades que você já ouviu por aí?

---

SZKLARZ, Eduardo; HUECK, Karen. Gente como a gente. **Superinteressante**. São Paulo, Editora Abril, Nº 385, Fevereiro, 2018. [Adaptado]

- 01.** O propósito comunicativo principal do texto orienta-se para
- A) comprovar, por meio de situações reais, que o ser humano considera-se uma raça superior.
  - B) defender que todos os seres vivos devem ser tratados de maneira igualitária.
  - C) analisar, de maneira positiva, a decisão da corte argentina em relação ao direito animal.
  - D) problematizar sobre o tratamento cruel dado a outras espécies animais pelo ser humano.
- 02.** A sequência dominante do texto apresenta verbos flexionados no
- A) pretérito perfeito do indicativo.
  - B) presente do subjuntivo.
  - C) presente do indicativo.
  - D) pretérito imperfeito do subjuntivo.
- 03.** Os três primeiros parágrafos apresentam
- A) a sequência argumentativa como dominante e a narrativa como secundária.
  - B) a sequência narrativa como dominante e a descritiva como secundária.
  - C) as sequências narrativa e descritiva como secundárias.
  - D) as sequências argumentativa e narrativa como secundárias.
- 04.** No período inicial do segundo, do terceiro e do quarto parágrafos, verifica-se,
- A) em todos os casos, a presença de elemento coesivo que retoma uma informação presente no parágrafo anterior.
  - B) em todos os casos, a ausência de elemento coesivo que retome uma informação presente no parágrafo anterior.
  - C) apenas nos dois primeiros casos, a presença de elemento coesivo que estabelece interligação com o parágrafo anterior.
  - D) apenas nos dois primeiros casos, a ausência de elemento coesivo que estabelece interligação com o parágrafo anterior.

05. No terceiro parágrafo, as aspas foram utilizadas para

- A) explicitar o conteúdo de uma citação indireta.
- B) evidenciar o uso de linguagem denotativa.
- C) marcar o uso de linguagem conotativa.
- D) demarcar os limites de uma citação direta.

06. Considere o parágrafo:

Mas difícil mesmo é tentar justificar o que fazemos com os animais de que *gostamos*. Quem tem cachorro e gato, por exemplo, jura que ama seus bichinhos mais do que tudo. No Brasil, 61% dos donos de pets consideram seus animais um membro da sua família. Nos EUA, 36% compram presentes de aniversário para seus bichinhos. Mas ninguém em sã consciência trataria um parente *Homo sapiens* como trata um *Canis familiaris* ou um *Felis catus*. Pets são cruzados entre si para gerar raças deformadas e com graves problemas genéticos apenas porque as consideramos “fofas”. Todos são arrancados de suas mães e confinados dentro de espaços limitados até o dia de sua morte. Escolhemos quando, quanto e o que vão comer. Decidimos se poderão ficar com seus órgãos genitais ou não. E temos a palavra final até sobre quando serão sacrificados. Isso sem falar de outros animais de estimação, como canários, peixinhos dourados ou hamsters, que passam a vida em celas solitárias que chamamos de gaiolas e aquários. Há correntes de filósofos e ativistas de direitos animais que apontam essas contradições para dizer que, não, adotar um bicho não é necessariamente bom para eles.

A ideia central do parágrafo encontra-se explicitada

- A) no primeiro período.
- B) no último período.
- C) no quinto período.
- D) no oitavo parágrafo.

07. Considere o trecho:

Decidimos se poderão ficar com seus órgãos genitais ou não. E temos a palavra final até sobre quando serão sacrificados.

De acordo com a norma-padrão do português escrito, o ponto final do primeiro período pode ser

- A) substituído por uma vírgula, com alteração de sentido.
- B) retirado, com alteração de sentido.
- C) substituído por uma vírgula, sem alteração de sentido.
- D) retirado, sem alteração de sentido.

Para responder às questões 08 e 09, considere o fragmento a seguir.

Há[1] correntes de filósofos e ativistas de direitos animais que[2] apontam essas contradições para dizer que[3], não, adotar um bicho não é necessariamente bom para eles.

08. Em relação ao elemento linguístico [1], afirma-se:

I	Deveria estar flexionado no plural porque concorda com o sujeito <i>correntes de filósofos e ativistas</i> .
II	Está flexionado no singular por se tratar de um verbo impessoal e utilizado no sentido de <i>existir</i> .
III	Se for substituído pelo verbo existir, este deve ser flexionado no plural.
IV	Se for substituído pelo verbo existir, este deve ser flexionado no singular

Das afirmativas, estão corretas

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.

09. Em relação aos elementos linguísticos [2] e [3],
- A) ambos introduzem orações adjetivas.
  - B) o primeiro introduz uma oração substantiva e o segundo, uma oração adjetiva.
  - C) o primeiro introduz uma oração adjetiva e o segundo, uma oração substantiva.
  - D) ambos introduzem orações substantivas.
10. Sobre a linguagem empregada no texto, o uso da primeira pessoa do plural revela que os autores
- A) querem manter-se distanciados da temática tratada.
  - B) assumem, de maneira explícita, o comprometimento com o tema abordado.
  - C) querem posicionar-se objetivamente em relação à temática.
  - D) assumem, de maneira implícita, uma concessão diante do tema abordado.

## Legislação do SUS

11 a 30

11. Em meio a uma profunda crise econômica e política do Estado brasileiro surge, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, o Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, que defendia um sistema de saúde universal, em contraposição ao modelo médico assistencial privatista, então vigente, que se apresentava cada vez mais ineficiente, caro e excludente. O Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira
- A) propôs estratégias como as Ações Integradas em Saúde para o alcance de um sistema de saúde mais integrado que foram implantadas após a Constituição de 1988.
  - B) teve a participação de profissionais de saúde, de intelectuais da saúde coletiva e de lideranças políticas, mas sem a colaboração de parlamentares.
  - C) teve seu ponto alto na VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, a qual produziu um relatório que pouco influenciou no Sistema Único de Saúde.
  - D) gerou mudanças no sistema de saúde, alcançando mudanças institucionais importantes e apontando alternativas centradas na Atenção Primária em Saúde.
12. A Constituição Federal de 1988 incluiu, no capítulo da seguridade social, a saúde como direito de todos e dever do Estado, fundamentando a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS passa a ser o principal norteador na condução das políticas de saúde do Brasil, incorporando o conceito ampliado de saúde e entendendo a saúde como cidadania. A partir de então, as políticas públicas de saúde no Brasil
- A) priorizam a assistência nas unidades de atenção primária em saúde que, na rede de atenção à saúde, estão concentradas em locais específicos do território.
  - B) preconizam a realização de ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, fundamentando-se na integralidade e priorizando as ações curativas.
  - C) garantem o acesso universal aos serviços de saúde realizados nas Unidades Básicas e o atendimento para serviços de alta complexidade através da saúde suplementar.
  - D) baseiam-se na justiça social para superar as desigualdades na assistência e garantem o acesso gratuito aos serviços públicos de saúde.

13. O SUS é o conjunto de ações e serviços públicos de saúde, compondo uma rede regionalizada e hierarquizada, organizada a partir dos princípios da universalidade, equidade, integralidade, descentralização e participação da comunidade. Analise as afirmativas abaixo que discorrem sobre os princípios do SUS.

I	Em situações que ocorrem grandes desigualdades, como no acesso à saúde, é necessário estabelecer o princípio da equidade tratando igualmente os desiguais para minimizar o efeito da determinação social.
II	A rede regionalizada representa a articulação entre os gestores estaduais e municipais com objetivo de organizar os serviços de saúde para que todos tenham acesso a todos os níveis de atendimento.
III	A descentralização permite que as realidades de saúde de cada município sejam respeitadas, uma vez que a tomada de decisão é feita pelos seus gestores, com a transferência direta de recursos da União.
IV	A participação da comunidade expressa o exercício da democracia no que se refere às decisões na saúde e assegura o controle social, cabendo aos gestores a função de fiscalizar e avaliar as ações.

Em relação aos princípios do SUS, estão corretas as afirmativas

- A) I e II.**                      **B) I e IV.**                      **C) II e III.**                      **D) III e IV.**

14. A Lei nº 8.142/90 foi sancionada na tentativa de superar os vetos presidenciais aplicados à Lei nº 8.080/90 que atingiram, especialmente, os aspectos referentes aos recursos financeiros e à participação social. A Lei nº 8.142/90, então, passou a regular as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde entre a União, estados e municípios, bem como a participação da comunidade na gestão do SUS. Nessa lei, fica definido que

- A) o Fundo Nacional de Saúde passa a ser o responsável pela centralização dos recursos financeiros pela União sem repasse aos municípios.**  
**B) a participação da comunidade na gestão pode acontecer através dos Conselhos de Saúde que têm caráter provisório e deliberativo.**  
**C) a decisão do poder Legislativo prevalece sobre o que foi definido nas Conferências e Conselhos de saúde, caso haja divergência.**  
**D) a oferta de contrapartida de recursos financeiros no orçamento é facultada ao município para que ele receba os repasses federais.**

15. A Política Nacional de Atenção Básica considera esse nível de atenção como porta de entrada preferencial do sistema, responsável por ordenar fluxos e contrafluxos de pessoas, produtos e informações em todos os pontos de atenção à saúde. Segundo o Decreto Presidencial nº 7.508/2011, que regulamenta a Lei nº 8.080/1990, os serviços especiais de acesso aberto também são considerados como porta de entrada. Um desses serviços de acesso aberto é

- A) serviço de atenção às urgências e emergências.**  
**B) centro de testagem e aconselhamento de DST/Aids.**  
**C) unidade de saúde da família.**  
**D) unidade mista de saúde.**

16. Segundo a Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2017), compete às Secretarias Municipais Saúde a coordenação do componente municipal da Atenção Básica, no âmbito de seus limites territoriais, de acordo com a política, diretrizes e prioridades estabelecidas, sendo responsabilidade dos municípios e do Distrito Federal, entre outras:

- A) organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica, de forma universal, dentro do seu território, incluindo as unidades próprias e excluindo as cedidas pelo estado e pela União.**  
**B) definir estratégias de articulação com as gestões municipais, com vistas à institucionalização do monitoramento e avaliação da Atenção Básica.**  
**C) definir e rever periodicamente, de forma pactuada, na Comissão Intergestores Tripartite, as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica.**  
**D) manter o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde vigente atualizado mensalmente, conforme regulamentação específica.**

17. Diante do cenário de dificuldades para concretização dos princípios do SUS e do questionamento sobre a qualidade da assistência à saúde oferecida a seus usuários, formulou-se, em 2003, a Política Nacional de Humanização do SUS. A PNH tem como um dos seus objetivos
- A) permitir aos usuários o acesso às informações gerais sobre saúde, como o serviço responsável pelo seu atendimento que, independentemente do nível complexidade, deve ser no seu território.
  - B) garantir, nas unidades de saúde, educação permanente aos trabalhadores do SUS e gestão participativa, que inclui os trabalhadores e os usuários nas decisões.
  - C) reduzir filas e o tempo de espera, com atendimento acolhedor e resolutivo, considerando a vulnerabilidade social e extinguindo o atendimento por livre demanda.
  - D) valorizar a dimensão subjetiva e social em todas as práticas de atenção e gestão do SUS, enfatizando a determinação biológica do processo saúde-doença.
18. Do ponto de vista da sua concepção, a humanização no SUS vai além do atendimento humanizado que valoriza a escuta do paciente e sua subjetividade. Entendida como uma política, ultrapassa as competências de um programa, pois institui ações transversais em diferentes instâncias gestoras do SUS. A fim de concretizar suas ações, a Política Nacional de Humanização se estrutura a partir de princípios, métodos, diretrizes e dispositivos para efetivação dos princípios do SUS. Analise as afirmativas abaixo sobre a PNH.

I	Dentre as diretrizes da PNH, podemos citar a 'clínica ampliada' que procura enfrentar a fragmentação das ações de saúde, estimulando o trabalho interdisciplinar e multiprofissional.
II	A PNH preconiza o 'método da tríplice inclusão' com a participação de diferentes agentes, através de técnicas como rodas e fomento das redes.
III	O Apoio matricial é um dispositivo para o processo de trabalho em saúde que oferece suporte técnico-pedagógico de um generalista às equipes de saúde.
IV	Os seus princípios estimulam as mudanças na atenção que deve ser orientada para a autonomia dos sujeitos, sendo o trabalhador de saúde o principal responsável pela saúde dos usuários.

Em relação à PNH, estão corretas as afirmativas

- A) I e II.
  - B) I e III.
  - C) III e IV.
  - D) II e IV.
19. A Rede de Atenção à Saúde (RAS) é definida pelo Ministério da Saúde como "arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado" (BRASIL, 2010). A RAS é constituída por três elementos fundamentais: a população/região de saúde definidas, a estrutura operacional e um sistema lógico de funcionamento determinado pelo modelo de atenção à saúde. Em relação aos componentes da estrutura operacional da RAS, analise as afirmativas seguintes.

I	Atenção Primária à Saúde é considerada o centro de comunicação da RAS e tem um papel chave na sua estruturação como ordenadora da RAS e coordenadora do cuidado.
II	As centrais de regulação, os sistemas de identificação e acompanhamento de usuários e os sistemas de transporte sanitários são considerados como sistemas de apoio da RAS.
III	Os sistemas de assistência farmacêutica, de teleassistência e de informação em saúde são considerados como sistemas logísticos da RAS.
IV	Os sistemas de transporte sanitário, de acesso regulado à atenção e o cartão de identificação dos usuários são considerados como sistemas logísticos da RAS.

Em relação ao tema exposto, estão corretas as afirmativas

- A) II e III.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I e IV.



- 20.** Ao completar a etapa de contratualização do Programa de Melhoria e Avaliação da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), os municípios e as equipes assumem compromissos voltados para a melhoria do acesso e da qualidade no âmbito desse nível de atenção. Nessa perspectiva, um dos compromissos das equipes de saúde é
- A)** implantar apoio institucional e matricial na Atenção Básica, incluindo as equipes de saúde bucal.
  - B)** ofertar ações de educação permanente e outras estratégias de qualificação da gestão do cuidado.
  - C)** alimentar os sistemas de informação em saúde para a Atenção Básica de forma regular e consistente.
  - D)** pactuar com a comissão de intergestores bipartite estratégias e diretrizes para implementação das ações de melhoria.
- 21.** Um município aderiu ao 3º Ciclo do Programa de Melhoria e Avaliação da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB). Todas as equipes de saúde passam a desenvolver um conjunto de ações para qualificação da Atenção Básica, com o apoio da gestão, previstas no Eixo Estratégico Transversal de Desenvolvimento do programa. São consideradas ações de qualificação contidas nesse Eixo:
- A)** contratualização e apoio institucional.
  - B)** adesão e educação permanente dos profissionais.
  - C)** autoavaliação e avaliação externa.
  - D)** apoio institucional e monitoramento de indicadores.
- 22.** O Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS) tem como objetivo geral avaliar a totalidade dos estabelecimentos de atenção especializada em saúde, ambulatoriais e hospitalares, contemplados com recursos financeiros provenientes de programas, políticas e incentivos do Ministério da Saúde. Especificamente, o PNASS tem entre seus objetivos:
- A)** promover a qualidade e inovação na gestão da Atenção Básica, fortalecendo os processos de autoavaliação, monitoramento e avaliação.
  - B)** melhorar a qualidade da alimentação e uso dos sistemas de informação como ferramenta de gestão da Atenção Básica.
  - C)** incorporar indicadores que meçam o resultado da atenção/assistência prestada pelos estabelecimentos avaliados.
  - D)** conhecer o perfil dos usuários e/ou familiares que frequentam os estabelecimentos de Atenção Especializada avaliados.
- 23.** O Governo Federal, por meio da Lei n.º 12.871/2013, regulamentou o Programa Mais Médicos (PMM). Esse programa reúne uma série de iniciativas de curto, médio e longo prazos que visa enfrentar o histórico problema da escassez e má distribuição de médicos nas diversas regiões do Brasil e é constituído por três grandes eixos:
- A)** projeto Mais Médicos para o Brasil, investimento na infraestrutura da rede de serviços da atenção básica e valorização da atenção básica.
  - B)** provimento emergencial, formação médica e estímulo à residência médica em medicina da família e comunidade.
  - C)** provimento emergencial, investimento na infraestrutura da rede de serviços da atenção básica e formação médica.
  - D)** valorização da Atenção Básica, formação médica e estímulo à pós-graduação *lato sensu* em Atenção Básica.

**O texto a seguir serve de referência para responder às questões 24 e 25.**

O Decreto Presidencial nº 7.508/2011 coloca o planejamento em saúde na centralidade da agenda da gestão, a ser desenvolvido nas três esferas de governo, considerando, entre outras questões, as especificidades do território, os problemas e as necessidades de saúde da população (BRASIL, 2012). Nessa perspectiva, o planejamento da saúde no SUS utiliza instrumentos que devem ser integrados, revistos e adotados em consonância com os seus referenciais legais. É responsabilidade dos três entes federativos a elaboração, a aplicação e a adaptação desses instrumentos com a colaboração de usuários, profissionais e gestores.

**24.** No que se refere ao planejamento em saúde no SUS, analise as afirmativas seguintes.

I	O planejamento da saúde deve compatibilizar, no âmbito dos planos de saúde, as necessidades das políticas de saúde com a disponibilidade orçamentária dos recursos.
II	A elaboração dos planos de saúde estadual e municipal deve seguir um modelo normativo de planejamento, contemplando momentos de diálogo entre os atores envolvidos no processo: gestores e profissionais de saúde.
III	O planejamento da saúde desconsidera os serviços e as ações prestados pela iniciativa privada, os quais não compõem o Mapa da Saúde municipal, regional, estadual e nacional.
IV	No processo de planejamento, a participação social deve ser observada, inclusive em âmbito regional, por meio de estímulo à realização de plenárias de conselhos de saúde e de fóruns de conselheiros de saúde.

Em relação ao planejamento em saúde no SUS, estão corretas as afirmativas.

- A) I e III.      B) I e IV.      C) II e III.      D) II e IV.**

**25.** O instrumento de planejamento da saúde que operacionaliza as intenções expressas no Plano de Saúde e tem por objetivo anualizar as metas do Plano de Saúde e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados é

- A) a Programação Anual de Saúde.  
B) o Relatório Anual de Gestão.  
C) o Plano Plurianual.  
D) a Lei Orçamentária Anual.**

**26.** Nas últimas décadas, seguindo uma tendência global, o Brasil vem passando por um processo de transição demográfica, epidemiológica e nutricional, determinado pela queda da fecundidade, declínio da mortalidade por doenças infecciosas, aumento da expectativa de vida e maior exposição a modos de vida pouco saudáveis. Assim, o perfil de morbimortalidade da população apresenta um aumento da ocorrência de casos de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), com destaque para as doenças cardiovasculares e as neoplasias. Tomando como referência a vigilância das DCNT, analise as afirmativas seguintes.

I	Uma das características da vigilância das DCNT é o monitoramento da adesão a fatores de proteção e de risco dessas doenças que permitem medir as exposições atuais e tendências futuras de adoecimento e mortalidade.
II	A vigilância das DCNT emprega estratégias semelhantes às utilizadas pela vigilância das doenças infectocontagiosas, como por exemplo, a notificação compulsória e a investigação de casos novos.
III	A vigilância das DCNT estimula a prática de ações de promoção da saúde, pautadas em intervenções intersetoriais, a fim de prevenir casos novos, deter o crescimento e melhorar o prognóstico dos casos já existentes.
IV	A vigilância das DCNT utiliza o Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) como principal fonte de dados e informações estratégicas de ocorrência das doenças e agravos não transmissíveis.

Em relação a vigilância das DCNT, estão corretas as afirmativas.

- A) I e III.      B) II e III.      C) I e IV.      D) II e IV.**

27. O Ministério da Saúde define periodicamente a lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços públicos e privados em todo o território nacional. A inclusão de doenças e agravos nessa lista está condicionada a alguns critérios, tais como a transcendência, que se expressa por meio de características subsidiárias, que conferem relevância especial à doença ou agravo. Entre essas características, destacam-se:
- A) a magnitude, a vulnerabilidade e a severidade.
  - B) a severidade, a relevância social e a relevância econômica.
  - C) o potencial de disseminação, a relevância social e a magnitude.
  - D) a vulnerabilidade, a relevância econômica e o potencial de disseminação.
28. O relatório *Errar é Humano* do *Institute of Medicine* (IOM) trouxe à tona a ocorrência de 44.000 a 98.000 mortes evitáveis decorrentes de falhas no processo assistencial nos Estados Unidos. A divulgação do relatório provocou, em vários países e organizações internacionais, uma mobilização no sentido de apoiar estratégias destinadas a prevenir e evitar falhas nos sistemas de assistência à saúde. No Brasil, esse movimento teve como um dos desdobramentos a implantação do Programa Nacional de Segurança do Paciente, instituído pela portaria GM/MS nº 529/2013. Um dos pressupostos que possibilitam a cultura de segurança, prevista nessa portaria é
- A) a conscientização de que a responsabilidade sobre a segurança dos pacientes é atribuição específica dos profissionais de saúde.
  - B) o estímulo à identificação e a resolução dos problemas de segurança, recompensando os envolvidos.
  - C) o encorajamento à investigação dos eventos adversos para identificação e punição dos responsáveis.
  - D) a percepção de que as metas financeiras e operacionais devem ser priorizadas em relação às metas relativas à segurança.
29. A segurança do paciente é um dos seis atributos da qualidade do cuidado e tem adquirido, em todo o mundo, grande importância para os pacientes, as famílias, os gestores e os profissionais de saúde, com a finalidade de ofertar uma assistência segura. Os protocolos de segurança propostos pelo Programa Nacional de Segurança do Paciente incluem:
- A) cirurgia segura, identificação do paciente e as úlceras por pressão.
  - B) higienização das mãos, acessibilidade aos serviços de saúde e cirurgia segura.
  - C) redução de quedas, notificação de eventos adversos e prescrição de medicamentos.
  - D) identificação do paciente, higienização das mãos e integralidade das ações.
30. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 36, de 2013, estabelece que o Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) deve implantar um plano de segurança do paciente em serviços de saúde com atividades de identificação, análise, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos, integrando os diferentes processos de gestão dos riscos desenvolvidos nos serviços de saúde. Uma das técnicas de identificação de riscos mais conhecida e aplicada nos serviços de saúde é
- A) a notificação de incidentes de segurança.
  - B) o sistema eletrônico de alerta.
  - C) a ronda de segurança.
  - D) o mapeamento de riscos.

31. Embora não seja conveniente uma definição fechada de pessoa em situação de rua, conhecer algumas das características desse grupo é essencial para o desenvolvimento da atividade profissional do Educador Social. Considere as características de determinados indivíduos:

C1	Pertencem a um grupo populacional homogêneo.
C2	Apresentam pobreza extrema.
C3	Apresentam vínculos familiares sólidos.
C4	Não têm moradia convencional regular.
C5	Utilizam os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento.

De acordo com o Decreto nº 7.059/2009, características de pessoas em situação de rua estão presentes em

- A)** C4, C3 e C5.                      **B)** C1, C2 e C3.                      **C)** C2, C4 e C5.                      **D)** C1, C2 e C4.

32. De acordo com Silva (2006), são vários os fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua assim como são múltiplas as realidades dessa parcela da população. Em relação a essa situação, é correto afirmar:

- A)** a produção de identidades sociais provoca uma bipolaridade ontológica entre normal e anormal nas pessoas em situação de rua, em relação aos outros cidadãos.  
**B)** o abandono às regras morais da sociedade capitalista é o fator afetivo que mais determina a existência de pessoas em situação de rua.  
**C)** a ausência de moradia é um fator estrutural que propicia a existência de pessoas em situação de rua.  
**D)** a falta de perspectivas para o trabalho no local da antiga moradia é o fator que leva as pessoas a viverem nas ruas de outro município.

33. A Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua orienta a elaboração e a execução de políticas públicas voltadas para esse segmento da sociedade historicamente excluída das prioridades dos poderes públicos. Nessa política, estão estabelecidos princípios, diretrizes e ações estratégicas para que ela seja implementada. Um princípio e uma diretriz dessa política são, respectivamente,

- A)** implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal e não discriminação por motivos de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social.  
**B)** incentivo à organização política das populações em situação de rua e direito ao usufruto, à permanência, à acolhida e à inserção na cidade.  
**C)** sensibilização pública sobre a importância de mudança de paradigmas culturais e supressão de todo e qualquer ato de violência e ação vexatória.  
**D)** promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos e elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua.

34. As ações estratégicas são formas para se concretizarem os princípios e as diretrizes estabelecidos na Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua. No relatório das ações realizadas em um município, no contexto dessa política, estão explicitadas as seguintes ações:

A1	Inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único do Governo Federal para subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas sociais.
A2	Promoção de ações de conscientização que alterem a forma de conceber as pessoas em situação de rua, desconstruindo estigmas e promovendo ressignificação positiva.
A3	Inclusão do tema “População em situação de rua, suas causas e consequências”, como parte dos debates sobre essa realidade nas redes de ensino do município.
A4	Promoção de políticas de inclusão digital para pessoas em situação de rua.

Duas ações estratégicas que dizem respeito à Educação no documento da Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua estão em

- A)** A2 e A4.                      **B)** A1 e A2.                      **C)** A1 e A3.                      **D)** A3 e A4.

35. A análise dos conceitos “risco social” e “vulnerabilidade social” permite estabelecer algumas semelhanças e diferenças entre eles. Nesse sentido, considere as afirmações a seguir.

I	Risco social se refere à situação de grupos, e vulnerabilidade social deve ser usada para situação fragilizada de indivíduos.
II	Tanto risco social como vulnerabilidade social remetem às noções de carência e de exclusão.
III	O risco social, diferentemente de vulnerabilidade social, tem sua principal causa na baixa renda dos grupos familiares não articulados.
IV	A vulnerabilidade social, diferentemente de risco social, torna os indivíduos socialmente incapazes.

Das afirmações, estão corretas

- A) I e IV.**                    **B) I e II.**                    **C) II e III.**                    **D) III e IV.**

36. A educação como direito social é um dos meios para a materialização dos objetivos da República bem como para a redução das desigualdades sociais e a erradicação da pobreza e da marginalização. Em relação à importância da educação, considere as afirmativas a seguir.

I	A educação é um dos meios necessários à efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana.
II	Por intermédio da educação, o indivíduo se considera pertencente ao grupo, aumentando suas chances de reinserção no mercado de trabalho e luta pelos benefícios aos quais faz jus.

Em relação a essas afirmativas,

- A) I e II estão corretas.**  
**B) I e II estão incorretas.**  
**C) I está correta e II incorreta.**  
**D) I está incorreta e II está correta.**

37. Educação, sistemas, políticas e processos educativos têm-se tornado questões centrais nas sociedades contemporâneas. A discussão sobre essas questões pode ser realizada sob diferentes perspectivas teóricas, dentre elas a sociológica. Considere as informações, presentes no quadro a seguir, referentes às ideias de educação de um teórico da Sociologia.

É uma perspectiva estruturalista-funcionalista-sistêmica que considera a educação como uma ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. A educação é um processo de socialização constante do indivíduo que tem por finalidade fazer dele um ser verdadeiramente humano. Entre sociedade e indivíduo, não existe propriamente conflito; a sociedade e o indivíduo são ideias interdependentes.

As ideias expostas nesse quadro são de

- A) E. Durkheim.**                    **C) M. Weber.**  
**B) K. Marx.**                    **D) P. Bourdieu.**

38. A pesquisa-ação é um recurso de investigação do Educador Social. Em relação a esse tipo de pesquisa, considere as afirmações a seguir.

I	O ciclo da pesquisa-ação é semelhante a um programa de pesquisa para testar hipóteses.
II	Nesse tipo de pesquisa, documentam-se o percurso e as experiências educativas e se modificam a prática à medida que a reflexão ilumina a ação.
III	A pesquisa-ação é essencialmente espontânea, consequentemente não exige planejamento.
IV	Na pesquisa-ação, o mesmo grupo de educadores se reúne com periodicidade para avaliar e refletir sob sua prática cotidiana.

Das afirmações, estão corretas

- A) II e IV.**                    **B) I e II.**                    **C) I e III.**                    **D) III e IV.**

39. Um grupo de educadores sociais deve realizar uma pesquisa para caracterizar o contexto ou “território” de moradores em situação de rua de um município, o qual se faz necessário para elaboração e implementação de ações estratégicas das políticas educacionais do município. Durante uma reunião para planejar a pesquisa, um dos educadores apresenta quatro ideias, explicitadas a seguir, que devem ser levadas em conta para realizar essa caracterização.

I1	Priorizar o questionário de perguntas abertas, considerando a quantidade de pessoas, para evitar a subjetividade nas respostas.
I2	Realizar entrevistas e observações.
I3	Analisar os dados sob uma única perspectiva teórica com a finalidade de garantir a sua validade.
I4	Estruturar a problemática da pesquisa considerando o conjunto de saberes (factuais, conceituais, teóricos) e dos valores que influenciam o modo de abordar o problema de pesquisa.

Considerando o objetivo e a natureza da pesquisa a ser realizada, o grupo de educadores deve concordar com

- A) I2 e I3.                      B) I1 e I3.                      C) I1 e I4.                      D) I2 e I4.**
40. Uma concepção de pedagogia muito compartilhada atualmente no Brasil é a Pedagogia Social Crítica, que parte de teorias fundamentadas em práticas voltadas para grupos de pessoas vulneráveis e excluídas, em situação de risco e de exclusão. Essa pedagogia
- A) procura a conexão entre educação e estrutura social na perspectiva de transformação da realidade social e de conscientização das pessoas sobre seu papel no mundo.**
- B) foca sua atenção nos processos de socialização/adaptação do indivíduo, ao infundir nele normas de condutas e valores socialmente estabelecidos.**
- C) enfatiza o controle e a determinação social como fundamento das ações pedagógicas.**
- D) enfatiza o processo cognitivo como fundamento epistemológico das ações pedagógicas.**
41. A comunicação de natureza pedagógica é fundamental na atividade profissional do Educador Social. Considere as afirmações a seguir relativas a esse tipo de comunicação.

I	As condições materiais são determinantes e constituem a barreira principal para a adequada comunicação nos processos educacionais.
II	A função mais importante da comunicação pedagógica é a informativa baseada na transmissão e recepção das mensagens.
III	A comunicação é um fazer comum a dois ou mais indivíduos, um conteúdo semântico qualquer veiculado por meio de diversos recursos técnicos (linguagem oral, imagens gráficas e visuais, dentre outros).
IV	A comunicação, no contexto da atividade humana, permite o desenvolvimento individual do sujeito mediante a apropriação da experiência sócio-histórica na qual está inserido.

Das afirmações, estão corretas

- A) I e III.                      B) III e IV.                      C) II e IV.                      D) I e II.**
42. A comunicação é uma das principais atividades do processo educativo quando vivenciada com crianças e adolescentes “de rua”. Há diversas formas de comunicação concretizadas por diferentes linguagens. A esse respeito, considere as informações explicitadas nos itens a seguir.

I	As formas como crianças e adolescentes se vestem (roupas, joias, pinturas, etc) não podem ser consideradas como comunicação não verbal.
II	Na comunicação oral, é importante o Educador Social considerar que, para a sua eficácia, é necessário pensar previamente o que dizer e como dizer.
III	A linguagem utilizada pelo adolescente, durante o processo de comunicação, constitui, no geral, um indicador que permite avaliar o nível de implicação pessoal e social face à tarefa que realiza.
IV	Tanto a comunicação verbal quanto a não verbal não podem ser consideradas estratégias de resistência das crianças e dos adolescentes para sobreviver nas ruas.

Das afirmações, estão corretas

- A) I e IV.                      B) I e III.                      C) II e IV.                      D) II e III.**

43. As interações diversas que se estabelecem entre os sujeitos, em diferentes contextos, são essenciais para a aprendizagem e a socialização. Considere as ideias contidas no quadro a seguir sobre essas interações.

O ser toma consciência de si, reflete sobre si mesmo na relação com o mundo, por meio das relações sociais e não de forma isolada. A comunicação e o diálogo são fundamentais no processo de aprendizagem e de transformação social.

Essas ideias estão presentes na obra de

- A) Paulo Freire.                      C) J. Piaget.  
B) D. Ausubel.                      D) J. Bruner.

44. A aprendizagem colaborativa, muito utilizada como estratégia nos contextos escolares e não escolares, está intrinsecamente baseada em uma dada concepção sobre o que é ensino, aprendizagem, natureza do conhecimento e, conseqüentemente, estratégias didáticas para organizar o ensino. Fundamentado na aprendizagem colaborativa, um Educador Social pretende organizar um grupo nesse tipo de aprendizagem. Nesse sentido, esse educador deve considerar que

- A) a sensação de pertencer a um grupo pequeno e acolhedor privilegia a competitividade dos estudantes e seu interesse individual na solução dos problemas.  
B) a participação dos estudantes em pequenos grupos ajuda no desenvolvimento de habilidades de pensamento e aumenta as habilidades individuais para o uso do conhecimento.  
C) é essencial evitar qualquer tipo de conflito entre os estudantes para o funcionamento do grupo.  
D) é essencial estabelecer uma hierarquia marcada entre os estudantes para o bom funcionamento do grupo

45. Os jogos educacionais são estratégias para promover a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes em espaços formais e não formais. Numa discussão sobre as possibilidades e as limitações desse tipo de atividade, um Educador Social faz algumas afirmações, presentes nos itens a seguir.

I	Os jogos educacionais despertam o interesse e permitem atividades que devem ser realizadas em grupo, fazendo com que o estudante libere as emoções, aprenda conceitos, dentre outros aspectos.
II	Os jogos podem explorar diversos aspectos, como a ludicidade nos jogos de exercício, os simbólicos e os de construção.
III	As interferências constantes dos professores durante os jogos educacionais sempre estimula os estudantes para uma maior independência.
IV	Os jogos educacionais podem favorecer os processos de socialização dos estudantes.

Das afirmações feitas pelo Educador Social, estão corretas

- A) I e II.                      B) II e IV.                      C) III e IV.                      D) I e III.

46. As atividades variadas (culturais, expressão e arte, ritmo, dança, esporte e lazer, dentre outras) são objeto do trabalho do Educador Social. No caso das crianças e dos adolescentes, essas atividades

- A) têm como um de seus objetivos principais a socialização e o desenvolvimento relacional, físico e psicológico das pessoas.  
B) não são meio, e sim atividades fim da educação não formal.  
C) não favorecem a formação de valores, e sim o desenvolvimento cognitivo.  
D) têm como objetivo principal a apropriação de conhecimentos que são a base para o desenvolvimento intelectual das pessoas.

47. Um conhecimento importante para a atividade profissional do Educador Social é compreender o significado das categorias criança e de adolescente. Em relação a esse conhecimento,
- A) a criança e o adolescente constroem, no processo de construção identitária, sua autoimagem, seus valores, seus sentimentos e suas opiniões, diferenciando-se dos outros em decorrência disso.
- B) as mudanças físicas/biológicas que vão ocorrendo no decorrer do desenvolvimento integral, durante o processo de construção identitária, são as responsáveis pela autoimagem construída pela criança ou pelo adolescente.
- C) a adolescência é compreendida como uma passagem da dependência infantil para a desconexão emocional dos pais.
- D) a infância é compreendida como uma etapa da vida condicionadora biologicamente da vida social.

**Para responder às questões 48, 49 e 50, considere o que está estabelecido no “Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”, que foi sancionado no Brasil, em 13 de Julho de 1990, pela Lei nº 8.069, que prevê a proteção integral de crianças e adolescentes.**

48. Dois educadores sociais recém-formados discutem sobre a temática da família e dos programas de acolhimento de crianças e adolescentes de acordo com o ECA. Durante a discussão, apresentaram as ideias reproduzidas a seguir.

11	A falta ou carência de recursos materiais pelos pais constitui motivo suficiente para a separação da criança do poder familiar.
12	Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada seis meses.
13	A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
14	A manutenção ou a reintegração da criança ou do adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência sem restrição alguma.

Das ideias apresentadas, estão corretas

- A) 11 e 12.            B) 11 e 14.            C) 12 e 13.            D) 13 e 14.
49. Em relação ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, o ECA estabelece que
- A) os dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental e médio comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.
- B) é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente ensino fundamental opcional e garantir para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- C) é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística segundo a capacidade de cada um.
- D) os Estados e a União, com o apoio dos Municípios, facilitarão a destinação de recursos e de espaços para programas culturais, esportivos e de lazer, essencialmente para as crianças.
50. O Conselho Tutelar é um órgão público, cujas atribuições estão dispostas no Art. 136 do ECA. Em relação a esse conselho e suas atribuições, considere as afirmações a seguir.

I	O Conselho Tutelar atua no âmbito dos estados e dos municípios.
II	O atendimento e aconselhamento de pais ou responsável pelas crianças e adolescentes são atribuições do Conselho Tutelar.
III	O Conselho Tutelar é um órgão jurisdicional indicado pela comunidade local.
IV	Uma das principais atuações do Conselho Tutelar concerne à garantia de vagas na escola para as crianças e os adolescentes.

Das afirmações, estão corretas

- A) III e IV.            B) I e III.            C) I e II.            D) II e IV.



51. Paulo Freire pode ser considerado um grande inspirador da Pedagogia Social, mesmo sem ter usado esse termo em suas obras. Na tradição marxista, a Pedagogia Social é entendida como Pedagogia da Práxis. Essa pedagogia
- A) fundamenta-se no ideário da escola do Interacionismo Simbólico como prática emancipadora.
  - B) fundamenta-se no ideário do movimento da Escola Nova como prática pragmática.
  - C) prioriza a cientificidade das práticas educativas como prática social ideológica e emancipatória.
  - D) pretende ser uma pedagogia da educação transformadora como ato político.
52. O ideário de Paulo Freire tem uma influência significativa na Pedagogia Social, com implicações para os processos educativos de crianças e adolescentes em situação de rua. Uma de suas ideias que influencia a Pedagogia Social é:
- A) uma ciência positivista atende às necessidades populares e tem relevância social.
  - B) a teoria como base serve para validar a prática social, numa época de extremado elitismo (academicismo).
  - C) um método de ensino e pesquisa deve partir da leitura da realidade e da observação participante.
  - D) a utopia é vista como verdadeiro idealismo da educação, oposta ao fatalismo neoliberal.
53. Embora o conceito de “Educação Não-Formal” seja polissêmico, existem algumas características que lhe são próprias. Em relação a essas características, considere as afirmações a seguir.

I	A Educação Não-Formal é toda atividade educacional organizada, assistemática, executada fora do sistema formal para oferecer tipos selecionados de aprendizagem cognitiva a determinados subgrupos da população.
II	A Educação Não-Formal apresenta estruturas hierárquicas e burocráticas bem definidas no que diz respeito a tempo e a espaço.
III	A Educação Não-Formal está ligada fortemente à aprendizagem política, constituindo-se em um processo de formação para a cidadania.
IV	A Educação Não-Formal é aquela que se desenvolve no mundo da vida, por meio de processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas, estando articulada ao campo da educação cidadã e sendo um processo sociopolítico, cultural e pedagógico.

Das afirmações, estão corretas

- A) I e II.
  - B) I e III.
  - C) II e IV.
  - D) III e IV.
54. A Educação Não-Formal começa a aparecer relacionada ao campo pedagógico em decorrência de uma série de fatores, em um momento histórico em que diferentes setores da sociedade viam a escola e a família como impossibilitadas de responder a todas as demandas sociais que lhes eram impostas, delegadas e desejadas. É um dos fatores responsáveis pelo surgimento da Educação Não-Formal:
- A) os interesses das Organizações Não Governamentais por uma educação científica e academicista como direito dos setores populares.
  - B) a necessidade de uma complementação na educação formal a partir dos anos de 1960, para garantir as aprendizagens curriculares.
  - C) as mudanças na economia a partir dos anos de 1990 e nas formas e relações próprias do mundo do trabalho.
  - D) a necessidade de se criar uma pedagogia científica e pragmática para a educação dos jovens trabalhadores.

55. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/1996, estabelece as bases legais para a educação no Brasil. De acordo com essa lei,
- A) a educação não-formal deve incluir, obrigatoriamente, nos currículos, os temas sobre direitos humanos e violência.
  - B) a educação abrange processos que se desenvolvem, fundamentalmente, nas instituições de ensino, na pesquisa, na convivência humana e no trabalho.
  - C) a educação, dever do estado, inspirado nos princípios de liberdade e nas ideias de solidariedade humana, tem como finalidade principal o preparo para o mundo do trabalho.
  - D) a educação abrange processos formativos que se desenvolvem também nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
56. Para sustentar teoricamente sua atividade profissional com usuários de álcool e outras drogas, dois educadores sociais recém-formados, ao discutirem o conceito de “redução de danos”, sistematizaram as seguintes ideias:

I	A redução de danos reconhece que os usuários de drogas fazem parte de um grupo homogêneo e tem como objetivo incentivar a abstinência.
II	A redução de danos se dirige exclusivamente para dependentes de álcool ou de drogas.
III	A redução de danos pode ser considerada a aplicação de métodos projetados para diminuir o risco do dano associado a certas práticas de risco.
IV	O preconceito e o estigma associados a usuários de drogas e as ações de redução de danos são dificuldades para institucionalizar esse tipo de práticas.

Das ideias apresentadas, estão corretas as presentes nos itens

- A) I e III.
  - B) III e IV.
  - C) I e II.
  - D) II e IV.
57. As práticas pedagógicas que consideram o aspecto social da vulnerabilidade social devem
- A) considerar que as pessoas são, *a priori*, vulneráveis, o que gera situações de risco.
  - B) fomentar as possibilidades de acesso às informações e a capacidade de elaborá-las e incorporá-las nas práticas cotidianas.
  - C) priorizar a discussão pedagógica sobre o tráfico de drogas como a causa principal de seu consumo.
  - D) priorizar a discussão pedagógica sobre a economia como a causa principal do uso de drogas.
58. Para o Educador Social, torna-se essencial o conhecimento dos padrões que caracterizam o consumo de droga. A seguir, está descrito um desses padrões.

Usa a droga com frequência regular, porém sem apresentar compulsão e sem interferir no seu dia a dia.

O padrão de consumo descrito se refere a uso

- A) nocivo.
- B) experimental.
- C) controlado.
- D) abusivo.

59. O usuário de drogas pode apresentar vários indícios que, em seu conjunto, podem indicar que a pessoa está sob o efeito de drogas, os quais devem alertar os educadores. Em relação a esses indícios, considere as afirmações a seguir.

I	A irritabilidade, a insônia e a depressão podem ser indícios do uso de alguma droga.
II	Dedos queimados, descaso com a higiene pessoal e dificuldades de aceitação podem ser indícios do uso de alguma droga.
III	Olhos avermelhados e dedos queimados são indícios suficientes do uso de alguma droga.
IV	Troca da noite pelo dia e comportamento egocêntrico são indícios suficientes do uso de alguma droga.

Das afirmações, estão corretas

A) I e III.

B) I e II.

C) II e IV.

D) III e IV.

60. A metodologia de Aprendizagem Baseada em Projetos exige um trabalho diferente por parte do Educador Social. No planejamento de atividades a serem realizadas com adolescentes, um grupo de professores e educadores sociais debatem sobre questões que devem ser levadas em conta nesse tipo de aprendizagem. Dentre essas questões, destacaram as reproduzidas a seguir.

Q1	Elaborar “pergunta condutora” que apresenta o tema/problema de forma instigante.
Q2	Planejar os momentos de acompanhamento das atividades.
Q3	Apresentar exercícios como forma de construção do conhecimento
Q4	Promover a adaptação das pessoas como forma de se atingirem os objetivos expressos como condutas ou comportamentos no modelo da aprendizagem behaviorista.

Das questões levantadas pelo grupo, as coerentes com a Aprendizagem Baseada em Projetos são

A) Q1 e Q2.

B) Q2 e Q4.

C) Q3 e Q4

D) Q1 e Q3.